

## A HISTÓRIA TRANSNACIONAL E A SUPERÇÃO DA METANARRATIVA DA MODERNIZAÇÃO

Walter Francisco Figueiredo Lowande  
Professor de História-Licenciatura da UNIFAL-MG  
Doutor em História (UNICAMP)  
walterlowande@gmail.com

**Resumo:** Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica a respeito da história transnacional, tratando ao final de sua pertinência para a superação de uma perspectiva historiográfica nacionalista. Procuo, em primeiro lugar, diferenciar a história transnacional de outras modalidades de historiografia pós-nacional. Em seguida, destaco as especificidades de sua abordagem espacial, tratando de sua ênfase nos espaços e fluxos transnacionais. Também trato da perspectiva multiscópica que caracteriza a história transnacional, antes de propor, finalmente, alguns caminhos por meio dos quais essa perspectiva pode trazer contribuições para a superação da historiografia nacionalista.

**Palavras-chave:** história transnacional; historiografia nacionalista; metanarrativa da modernização.

**Abstract:** This paper presents a bibliographical review regarding the transnational history, treating at the end of its pertinence for the overcoming of a historiographical nationalist perspective. In the first place, I try to differentiate the transnational history from other forms of post-national historiography. Next, I highlight the specificities of its spatial approach, addressing its emphasis on transnational spaces and flows. I also deal with the multiscale perspective that characterizes transnational history, before finally proposing some ways in which this perspective can contribute to the overcoming of nationalist historiography.

**Keywords:** transnational history; nationalist history; modernization metanarrative.

**Artigo recebido em:** 04/07/2018  
**Artigo aprovado em:** 29/11/2018

## Introdução

A institucionalização da produção historiográfica no Brasil é fundamentalmente vinculada à construção do estado brasileiro, e daí resulta a predominância, também por aqui, de sentidos profundamente nacionais para a nossa historiografia. Isso não é, contudo, uma exclusividade nossa:

Na maior parte da existência do ofício histórico, na maior parte do mundo, os historiadores estiveram comprometidos com o nacionalismo metodológico. Como a maioria dos outros cientistas sociais, eles assumiram que nações com identificação própria, organizadas politicamente em Estados, eram os objetos primários do estudo histórico. As principais tarefas dos historiadores eram narrar adequadamente como os Estados-nações emergiram, como eles se desenvolveram e como eles interagiam com os outros. Até mesmo os historiadores cujos trabalhos deliberadamente atravessaram as fronteiras das histórias nacionais trabalharam em cima de linhas similares (ARMITAGE, 2015, p. 02).

Durante o período imperial, a primeira e principal associação voltada para a produção de narrativas históricas do país – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 – dedicava-se, com patrocínio direto do Império, à produção de uma história nacional em que os elementos civilizacionais herdados do antigo colonizador português apareciam como a garantia de que a família real – dotada do mais nobre sangue luso – seria capaz de emprestar à nova nação tropical a ordem necessária para que ela se emparelhasse rapidamente às principais civilizações europeias (GUIMARÃES, 1988). Essa nova “nação civilizada nos trópicos”, que ainda contava com o bônus propalado no *topos* relativo às riquezas naturais do país, desde o princípio concedeu espaço a narrativas regionais que mostrassem como súditos tão diversos – o indígena “civilizável” das famílias tupi-guarani, cada vez mais o “sertanejo” genérico, o paulista, o gaúcho, o mineiro etc. – eram todos capazes de se submeterem de modo ordeiro aos ideais civilizacionais emanados da família real.

No entanto, se essa ordem imperial, ainda que em sua dinâmica “luzias *versus* saquaremas”, alcançou um alto grau de consenso no interior da elite brasileira desde os primeiros anos do Segundo Reinado (MATTOS, 2004), por outro lado, já na década de 1870, o federalismo característico dessa ordem (DOLHNIKOFF, 2003) se fortalecia e, ao mesmo tempo, enfraquecia a força centrípeta que, a partir do Rio de Janeiro, garantiria a unidade

nacional: era preciso encontrar outro(s) centro(s) de força que pudesse(m) dar sentido ao progresso da civilização brasileira. Assim, ganharam força os ‘IHGs’ estaduais e outras instituições regionais que se especializaram cada vez mais a partir desse período (SCHWARCZ, 1993) e incrementaram a produção de narrativas a disputar entre si a herança da tradição nacional.

Mas dessas pelejas simbólicas aos poucos emergiu também a percepção de um processo desagregador nocivo à “ordem” e ao “progresso” tão desejados por nossas elites, e da sensação de uma crise de valores ressurgiu com outros ares a busca por um novo sentido unitário para a nação (SEVCENKO, 1983; VELLOSO, 2013). Por isso a partir da segunda metade da década de 1920 e, principalmente, da década de 1930, proliferaram obras que pretendiam dar conta de uma ‘formação nacional’ brasileira (CANDIDO, 1995). A constatação da existência de formas específicas de relações econômicas e sociais impostas pela expansão do capitalismo europeu – a principal delas representada pelo escravismo peculiar da América Portuguesa – teria feito emergir uma civilização específica, original, formada a partir do amálgama de três grandes tradições culturais – e não mais biologicamente ‘raciais’ –: a ‘indígena’, a ‘africana’ e a ‘portuguesa’.

Por fim, esse quadro promissor forjado pela historiografia da década de 1930, cujos principais nomes são Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., daria lugar, já no despontar da década de 1950, a uma historiografia moldada por outros pressupostos analíticos, desiludida com uma insuperável desigualdade social de caráter marcadamente racista. Para ela, as causas de uma nação que nunca dava certo passaram a ser encontradas numa dependência multissecular em relação às nações capitalistas do Norte, e o “paradigma dependentista” influenciaria as análises historiográficas nacionais por um bom tempo ainda.

Em síntese, o que se pode perceber a partir desse rápido panorama historiográfico é a constante preocupação com o “Brasil” como objeto de estudo. Seu foco via de regra está dirigido a um Estado interpretado ou como instrumento de superação ou como o causador de um descompasso entre a essência nacional e a sua impossibilidade de realização. Mesmo com a expansão de uma historiografia acadêmica a partir da década de 1960 e com a conseguinte emergência de novos problemas, objetos e fontes, o recorte ‘história do Brasil’ manteve-se (e ainda se mantém) como uma camisa de força simbólica hegemônica dentre nossos(as)

historiadores(as).<sup>1</sup> Com ou sem o patrocínio direto do Estado, criou-se por aqui algo muito semelhante àquilo que Marcel Detienne recentemente chamou de ‘mitideologias’ nacionais, ou seja, narrativas produzidas e ensinadas sistematicamente pelos Estados europeus, em especial o francês, no intuito de se transformar o território nacional, por meio da historiografia, em um espaço sagrado de dívida para com os mortos de modo a se criar um sentimento de “autoctonia” (DETIENNE, 2013). Por aqui a ‘identidade nacional’ também possui esse caráter “enigmático”, e o recorte “do Brasil” também segue sendo um carma de nossa historiografia.

O que David Armitage chama de ‘nacionalismo metodológico’ tem, no entanto, sido objeto de críticas cada vez mais expressivas. Nos EUA já se reconhece o *boom* relativo ao interesse por essa perspectiva historiográfica ‘pós-nacional’, e se fala até mesmo em uma *transnational turn* desde pelo menos o início deste milênio (NGAI, 2012; CURTHOYS; LAKE, 2005; WEISTEIN, 2008, 2013; CLAVIN, 2005; SEIGEL, 2005; IRIYE, 2007; SAUNIER, 2009; KNUDSEN; GRAM-SKJOLDAGER, 2014; STRUCK; FERRIS; REVEL, 2011; TURCHETTI, HERRAN; BOUDIA, 2012; PURDY, 2012). O termo “transnational” foi o mais usado (*buzzword*) no mundo acadêmico estadunidense entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, até que *transnationalism* explodiu a partir de 1994.<sup>2</sup> Pierre-Yves Saunier resume a expansão do uso do termo ‘transnacional’ e seus derivados:

Semanários e diários na maioria dos países rapidamente abraçaram a ideia do transnacionalismo de migrantes que não estavam ‘nem lá nem cá’. Os termos começaram a invadir os títulos de dissertações e teses, primeiro nos EUA, depois em outros países de língua inglesa, e por último na Alemanha e na Europa Continental. Esses termos também se expandiram bem além da antropologia, dos estudos culturais e da sociologia, com uma alargada presença na história, na geografia, nos estudos de gênero, nos estudos religiosos e na ciência política (mais notadamente por meio dos estudos da ‘sociedade civil transnacional’ e dos ‘movimentos transnacionais’). Novos

---

<sup>1</sup> É cada vez mais difícil elaborar quadros historiográficos gerais relativos à produção brasileira, dada a sua expressiva ampliação nos últimos anos. No entanto, podemos encontrar trabalhos que confirmam a impressão acima exposta. Num levantamento realizado para a década de 1980, Carlos Fico e Ronald Polito percebiam a clara predominância da “História do Brasil” em nossos ainda jovens programas de pós-graduação em história (FICO; POLITO, 1994). No último “Documento de Área” produzido pela Avaliação Trienal CAPES, em 2013, para a área de história, em suas “Considerações gerais sobre o estágio atual da área”, a “pesquisa da história não brasileira” aparece apenas como “frente muito promissora” (CAPES, 2013). No entanto, não me causaria espanto se constatássemos que nos currículos de nossos cursos de graduação em História a disciplina “História do Brasil” continua recebendo o maior destaque.

<sup>2</sup> Essas informações baseiam-se em estudo realizado por Gustavo Cano em 2005, mencionado por Saunier (2009) e Turchetti et. al. (2012).

periódicos acadêmicos, sobretudo em inglês, encamparam a terminologia (SAUNIER, 2009, p. 1057).<sup>3</sup>

Na França essa tendência historiográfica recebeu, com algumas especificidades, o nome de história cruzada (*histoire croisée*) (WERNER; ZIMMERMANN, 2003). Na Alemanha manteve-se a nomenclatura mais corriqueira: *Transnationale Geschichte* (CLAVIN, 2005) – ainda que o seu principal representante, Jürgen Osterhammel (SILVA, 2011), aconselhe uma adoção cautelosa da perspectiva transnacional, que não deve simplesmente sepultar a ‘história comparada’ (OSTERHAMMEL, 2009), como defende, por exemplo, a historiadora Micol Siegel (2005) e os defensores da história cruzada. Além disso, a perspectiva transnacional já rendeu importantes estudos na Austrália (CURTHOYS; LAKE, 2005), por causa sobretudo dos estudos de gênero e de relações raciais e no campo latino-americanista (WEINSTEIN, 2013; PURDY, 2012; PRADO, 2012).

No campo da história da ciência a abordagem também tem demorado a render reflexões teóricas sobre a perspectiva transnacional, embora tenha há muito tempo trabalhado com ela de maneira implícita (TURCHETTI et. al., 2012). O mesmo poderia ser dito a respeito de um grande número de estudos mais recentes a respeito da história das ciências sociais realizados a partir do Brasil: embora ainda não tenham gerado reflexões teóricas mais sistemáticas a respeito dos fluxos e relações transnacionais, eles têm certamente apontado para a insuficiência dos recortes nacionais para as narrativas sobre as quais se debruçam.

Só muito recentemente a revista *Temporalidades* (2016), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, conseguiu reunir alguns estudos esparsos dentro de uma perspectiva que pretende transcender as narrativas nacionais. Mas, ainda assim, isso não significou uma discussão mais específica e aprofundada sobre a história transnacional. A história ‘transnacional’ aparece apenas como mais uma tendência ao lado da *Global History*, da *World History*, da *Connected History*, da *Shared History*, das Histórias

---

<sup>3</sup> “*Weeklies and dailies in most countries quickly embraced the idea of the transnationalism of migrants who were ‘neither here nor there’.* The terms began to invade the titles of dissertations and theses, first in the US, then in the other English speaking countries, and later in Germany and Continental Europe. They also expanded far beyond anthropology, cultural studies and sociology, with an increased presence in history, geography, gender studies, religious studies and political science (most notably through the study of the ‘transnational civil society’ and ‘transnational movements’). *New scholarly journals, mostly in English, endorsed the terminology*”. Esta e todas as demais traduções que seguem em nota de rodapé são traduções livres minhas.

Comparadas, da *Big History*, da *Histoire Croisée*, da *Atlantic History*, dos Estudos Subalternos e Pós-Coloniais “dentre outros”.<sup>4</sup> Como argumentarei adiante, esse tipo de dissolução pode conduzir a mal-entendidos que precisam ser evitados neste trabalho. No restante deste artigo me concentrarei na apresentação das principais características que têm sido apontadas para a história transnacional, a fim de refletir sobre em que medida ela pode apontar para formas de superação da metanarrativa da modernização, à qual se subordinam as narrativas nacionalistas.

### Diferenciando a história transnacional de outras histórias pós-nacionais

Em geral a emergência da perspectiva histórica transnacional é apresentada de forma semelhante nas reflexões a seu respeito. O que varia é apenas o tipo de valor atribuído ao processo de globalização relacionado à própria modernidade. A este respeito, Pierre-Yves Saunier afirma que

Há claro algo de paradoxal no fato de que, por um lado, ‘transnacional’ foi usado para apreender a ‘globalização a partir de baixo’, rimando com diásporas em páginas que celebraram o potencial guardado pelas novas identidades e comunidades transnacionais para se opor à lógica hegemônica tanto do capital quanto dos Estados-nações, enquanto que, por outro lado, ela apontou para a ‘globalização a partir de cima’, onde corporações capitalistas e as elites ditavam o ritmo. Mas isso é o que aparentemente conferiu aos termos [‘transnacional’, ‘transnacionalidade’ e ‘transnacionalismo’] o seu vasto apelo. (SAUNIER, 2009, p. 1057)<sup>5</sup>

Desse modo, por um lado é possível encontrar autores(as) que veem esse processo com alguma naturalidade, e a história transnacional refletiria a percepção contemporânea de que as fronteiras nacionais representam algo cada vez mais obsoleto. Segundo Simone Turchetti, Néstor Herran e Soraya Boudia, por exemplo, um grupo de historiadores(as) estadunidenses se viu insatisfeito com os limites da abordagem nacional para dar conta de problemas surgidos com o fim da Guerra Fria, a exemplo da globalização econômica, cultural e militar, da

---

<sup>4</sup> Informações disponíveis em <https://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/1984615021/showToc>.

<sup>5</sup> “There is of course something of a paradox in the fact that, on one hand, ‘transnational’ was used to capture ‘globalization from below’, and rhymed with diasporas in pages that celebrated the potential retained by the new transnational identities and communities to oppose the hegemonic logic of both capital and nation states, while on the other hand it pointed to ‘globalization from above’ where capitalist corporations and elites were setting the pace. But this is likely what gave the terms their very wide appeal”.

ressurgência do nacionalismo e do fundamentalismo religioso como forças internacionais, da emergência e consolidação de organizações internacionais, da crescente influência de empresas multi- ou transnacionais e a onda ambientalista, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da informática possibilitou a historiadores(as) novas ferramentas de trabalho. Nos EUA, especificamente, essa insatisfação teria levado à “reavaliação da noção de um excepcionalismo estadunidense e ajudou a trazer de volta à moda a história social de temas transnacionais como diásporas, migrações e escravidão” (TURCHETTI et al., 2012, p. 321).<sup>6</sup> A eleição de Akira Iriye, um historiador japonês das relações internacionais, para a presidência da *American Historical Association* teria impulsionado essa perspectiva na historiografia estadunidense, tornando “mais visível o esforço de promover novos programas de pesquisa almejando a ‘internacionalização da história’” (TURCHETTI et al., 2012, p. 321).<sup>7</sup> Em 1992 Ian Tyrrell, David Thelen e Thomas Bender criaram um programa de pesquisa na *New York University* intitulado *Internationalizing American History*, movimento este que teria despertado a atenção de outros historiadores nos EUA e do outro lado do Atlântico. Por fim, considera-se um marco dessa nova onda historiográfica a publicação do *Palgrave Dictionary of Transnational History* (2009), que Ann-Christina L. Knudsen e Karen Gram-Skjoldager interpretam ser uma evidência do esforço de institucionalização da história transnacional como ‘subcampo’ da história (KNUDSEN; GRAM-SKJOLDAGER, 2014).

Por outro lado, identifica-se também a história transnacional com uma longa trajetória de estudos preocupados com os pontos de vista subalternos. Para Micol Seigel “não é a pretensa globalização, mas a mobilidade e resistência ocasionada pelo colonialismo, da forma que foi traduzida por intelectuais anticoloniais e pós-coloniais, que forneceram o combustível mais inflamável para os motores que conduziram a virada transnacional” (SEIGEL, 2005, p. 63).<sup>8</sup> A ideia de transnacionalidade refletiria assim a percepção pós-colonial de que as identidades não

---

<sup>6</sup> “In the United States, this dissatisfaction led to reappraising the notion of an American exceptionalism and helped to bring back into fashion the social history of transnational themes such as diasporas, migrations and slavery”.

<sup>7</sup> “[...] it made more visible the effort to promote new research programmes aiming at the ‘internationalization of history’”.

<sup>8</sup> “It is not so-called globalization, but the mobility and resistance occasioned by colonialism, as translated by anticolonial and postcolonial intellectuals, that have lit the hottest fires in the engines driving the transnational turn”.

são fixas, isto é, centradas, por exemplo, numa nacionalidade. Seigel então propõe o abandono do método comparativo em favor da perspectiva transnacional:

Comparação requer que a observadora ou o observador nomeie duas ou mais unidades cujas similaridades e diferenças ela ou ele irá então descrever. Esse arranjo desencoraja a atenção a trocas entre os dois, as mesmas trocas que a intuição pós-colonial entende como o material dos processos de subjetivação. A ideia de Foucault sobre o poder sugere que a observação de dois objetos paralelos que nunca se encontram se prova inadequada para a explicação de sua relação dinâmica. Comparações obscurecem o funcionamento do poder. (SIEGEL, 2005, p. 65).<sup>9</sup>

Wendy Kozol também defende que a história transnacional foi extremamente influenciada pela “crítica ao imperialismo e racismo estadunidenses e europeus, bem como a contestação da desigualdade de gênero e da heteronormatividade” (BAYLY et al., 2006, p. 1445),<sup>10</sup> tendo sido especialmente importante para esse desenvolvimento os diálogos estabelecidos entre ativistas e acadêmicos. No entanto, a história transnacional teria a vantagem de superar o binarismo dos estudos sobre a globalização surgidos na década de 1990 por meio do exame de “como práticas culturais e ideologias moldam, constroem ou possibilitam as condições econômicas, sociais e políticas nas quais pessoas e bens circulam em espaços locais, regionais e globais” (BAYLY et al., 2006, p. 1451).<sup>11</sup> O impacto da crítica ao imperialismo europeu pode ser notado de maneira especial na produção das ex-colônias britânicas, que encamparam com entusiasmo a perspectiva transnacional (CURTHOYS; LAKE, 2005).

Sean Purdy, por sua vez, demonstra, de maneira ainda um tanto solitária, que “existem fortes precedentes para a história transnacional na tradição do materialismo histórico”, e vê com desconfiança a tendência decididamente “pós-modernista e de rejeição implícita do marxismo”, pois

[...] historiadores transnacionais, sob a nítida influência de teorias foucaultianas sobre a natureza fragmentada e descentrada do poder e as teorias da hiper-globalização, que apontam para o enfraquecimento do Estado-nação, correm o risco de subestimar as

---

<sup>9</sup> “*Comparison requires the observer to name two or more units whose similarities and differences she or he will then describe. This setup discourages attention to exchange between the two, the very exchange postcolonial insight understands as the stuff of subject-formation. Foucault’s insights into power suggest that a view of two parallel objects that never meet proves inadequate to the explication of this dynamic relation. Comparisons obscure the workings of power*”.

<sup>10</sup> “[...] *critiques of U.S. and European imperialism and racism, as well as challenges to gender inequalities and heteronormativity*”.

<sup>11</sup> “[...] *how cultural practices and ideologies shape, constrain, or enable the economic, social, and political conditions in which people and goods circulate within local, regional, and global locales*”.



localidades concentradas do poder – de classe, gênero e nação – e de ignorar ‘as forças historicamente situadas que fundamentam o poder em aquisições, conquistas e necessidades concretas (PURDY, 2012, p. 66).

Purdy ainda se contrapõe à tendência à abolição do método comparativo, já observada em Micol Siegel mas também presente em Serge Gruzinski e na *histoire croisée* de Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, no que é acompanhado por colegas como Bárbara Weinstein (2013) e Jürgen Osterhammel (2009). A possibilidade ou não de comparação seria algo que deveria ser observado empiricamente, e a história transnacional é entendida, por esse viés, mais como uma *perspectiva* que como propriamente um *método* (STRUCK et al., 2011, p. 574).

Por fim, é importante destacar no que a história transnacional se diferencia de outras tendências que também pretendem superar a abordagem nacional. Uma primeira distinção importante foi apresentada por Ian Tyrrell:

A nova história transnacional está relacionada com, mas não é o mesmo que globalização, história mundial e história comparativa. [O termo] Globalização é geralmente rejeitado por causa de suas ligações com a teoria da modernização, de seu foco em atividades unidirecionais e na homogeneização do mundo e daí por diante. [...] Relações transculturais ou interculturais seriam termos competidores possíveis, mas os profissionais em La Pietra<sup>12</sup> os consideraram muito abrangentes e vagos. O conceito de história transnacional permitiu a acadêmicos reconhecer a importância da nação contextualizando, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento. Defensores da história transnacional geralmente distinguiram seu trabalho da história comparativa. No entanto, repetidas vezes eles tiveram que esclarecer que a história comparativa poderia complementar as abordagens transnacionais, apesar de elas não serem exatamente a mesma coisa. Alguém pode proveitosamente comparar a história de dois ou mais países [...] mas a história comparativa tendeu a tratar as fronteiras nacionais como dadas. De acordo com a nova perspectiva, deve-se estar atento para o que constitui os espaços, instituições e tradições nacionais que têm mudado ao longo do tempo. A história transnacional objetivou colocar os desenvolvimentos nacionais em contexto, e explicar a nação em termos de suas influências entrecruzadas (TYRRELL, 2007).<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Trata-se da Villa La Pietra, em Florença, Itália, local escolhido pelo já mencionado grupo de intelectuais estadunidenses da *New York University*, reunidos em torno do *Project on Internationalizing the Study of American History*, para a realização de uma série de conferências, entre 1997 e 2000, que resultaram no livro *Rethinking American History in a Global Age*, editado por Thomas Bender (2002). Esses congressos e a publicação que deles resultou tornaram-se um marco da institucionalização da história transnacional nos EUA.

<sup>13</sup> “The new transnational history was related to, but not the same as globalization, world history, and comparative history. Globalization is generally rejected because of its links with modernization theory, its focus on unidirectional activity, on the homogenization of the world and so forth. But it is recognized that global perspective should be part of transnational history. [...] Trans-cultural or intercultural relations were possible competitor terms but practitioners at La Pietra considered these as broader and too vague. The transnational history concept enabled scholars to recognize the importance of the nation while at the same time contextualizing its growth. Advocates of transnational history generally distinguished their work from comparative history. Nevertheless, time

Embora a exposição de Tyrrell seja bastante clara, eu gostaria de destacar dela que, embora a história transnacional pretenda superar a abordagem das histórias nacionais, a *nação* enquanto “problema” continua sendo um de seus principais aspectos. É por isso que ela se diferencia da “história global”, que pode estar vinculada a uma ideologia neoliberal cuja narrativa aponta para uma progressiva diminuição da importância dos Estados nacionais em favor de um mercado global cada vez mais abrangente, como pontua Bárbara Weinstein:

Diferente do conceito da globalização, um conceito que supõe o declínio da nação e que é, do meu ponto de vista, profundamente comprometido com o neoliberalismo, os estudos transnacionais geralmente reconhecem a persistência da nação como uma esfera principal da política, da economia e da cultura. De um lado, isso permite uma maior atenção aos processos, às redes e aos fenômenos de todo tipo que atravessam as fronteiras da nação sem implicar a homogeneização; de outro, o transnacional nos permite ir além da identificação de particularidades ou especificidades num contexto nacional (WEINSTEIN, 2013, p. 23).

Ou, como explica Patricia Clavin: “O foco da história mundial, e a escala em que ela opera, são geralmente muito diferentes. Historiadores(as) globais estão primariamente interessados(as) em entrelaçar a história dos humanos e do planeta no qual eles vivem em uma única estória” (CLAVIN, 2005, p. 436).<sup>14</sup> Segundo Akira Iriye, “a história transnacional pode também ser diferenciada da história global naquilo em que ela lida com forças e temas que não necessariamente devem ser globais, mas ainda assim cruzam diferentes nações, como comunidades regionais, migrações inter-regionais, doenças e problemas ambientais” (IRIYE, 2007, p. 376).<sup>15</sup>

Além disso, por tratar de fluxos específicos que só acontecem entre nações porque, em algum momento, foram construídas fronteiras nacionais, a história transnacional se preocupa também em entender o motivo e o papel dessas construções. Ela é diferente, portanto, da

---

*and time again, they had to make clear that comparative history could complement transnational approaches, even though these were not exactly the same thing. One might fruitfully compare the history of two or more countries, it was argued, but comparative history tended to treat national borders as a given. According to the new view, one must be aware that what constitutes the spaces, institutions, and traditions of nations has changed over time. Transnational history aimed to put national developments in context, and to explain the nation in terms of its cross-national influences”.*

<sup>14</sup> “The focus of world history, and the scale on which it operates, are generally very different. Global historians are primarily interested to weave the history of humans and the planet on which they live into a single story”.

<sup>15</sup> “Transnational history may also be differentiated from global history in that it deals with forces and themes that may not necessarily be global but still cross-national, such as regional communities, interregional migrations, diseases, and environmental problems”.

*história comparativa* ou *comparada* na medida em que esta última essencializa a ideia de nação para realizar as suas comparações, ao passo que nada impede que hoje se estude o modo pelo qual tipos comparáveis de fluxos acontecem em diferentes contextos transnacionais. A síntese de Bárbara Weinstein a este respeito me parece bastante sensata: “não acho que a ascensão do viés transnacional signifique a morte da comparação. Pode ser que seja o fim daquela comparação ‘científica’ e positivista – o que não me parece nada lamentável. Mas acho que ele oferece uma nova maneira de fazer comparação” (WEINSTEIN, 2013, p. 27).

A história transnacional também difere da “história mundial”, como a realizada, por exemplo, por Eric Hobsbawm na sua análise das diferentes “eras” da expansão global do capitalismo a partir da Europa, porque não necessariamente se interessa por fenômenos de uma tal abrangência – segundo Ann Curthoys e Marilyn Lake, “a história mundial busca compreender o mundo como um todo” (CURTHOYS; LAKE, 2005, p. 18). A história transnacional pode se restringir a recortes locais e regionais, desde que com isso se problematize o caráter supostamente a-histórico da nação.

Patricia Clavin ainda consegue distinguir a história mundial da história global de uma maneira um pouco mais aprofundada:

A história mundial se desenha numa variedade de abordagens teóricas – pós-modernismo, pós-colonialismo e teoria dos sistemas mundiais para nomear apenas algumas delas. Em termos teóricos, historiadores(as) mundiais estão unidos(as) em sua rejeição a uma compreensão acrítica da nação como a unidade básica da análise histórica, embora elas(es) não rejeitem em definitivo qualquer compromisso com o Estado-nação. Ao contrário, elas(es) argumentam que a história mundial deveria ser vista como distinta da, embora complementar à, história nacional por razões historiográficas. Historiadores(as) mundiais estão ansiosos(as) por extrair elementos transnacionais tais como redes de trocas, investimentos internacionais, imigração, escravidão, doenças e assistência médica, corretamente argumentando que esses desenvolvimentos são de interesse por direito dos desenvolvimentos históricos globais. Em vez de o termo ‘redes transnacionais’ na história mundial se referir a laços e redes que parecem flutuar de forma independente aos Estados-nações, o globo os costura em uma nova colcha de retalhos (CLAVIN, 2005, p. 435-6).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> “*The dynamic new field of world history stands somewhat apart from international history, for, while it has done much to shape our understanding of the interrelationship between local and regional developments and the wider context of the history of the world, it is not easy to establish connections between world history and national history because, by definition, nation-states do not play an important role in world history. World history draws on a variety of theoretical approaches – postmodernism, post-colonialism and world systems theory to name but a few. In theoretical terms, world historians are united in their rejection of an uncritical understanding of the nation as the basic unit of historical analysis, although they do not reject outright any engagement with the nation-state. Rather, they argue that world history should be seen as distinct from, though complementary to, national history*”

Clavin ainda distingue da história transnacional, global e mundial a “história internacional”, que, segundo ela, se liga ao campo das relações internacionais e à história diplomática e pode ser definida da seguinte forma:

Relações internacionais permanece a expressão que é mais ampla e corretamente compreendida. Ela é convencionalmente tomada no sentido de relações entre Estados que, pelo menos até o século XIX, eram vistas primariamente se encontrando por meio das ações de seus diplomatas ou forças militares. A história das relações internacionais europeias foi assim tipificada pela luta pelo poder, seja como um fim ou como os meios necessários para um fim. Esse campo é representado pela história diplomática. Mas essa perspectiva Estadocêntrica dos primeiros trabalhos em relações internacionais e história diplomática nunca foi inteiramente adotada por, entre outros, historiadores(as) da economia cujos trabalhos contribuíram para nossa compreensão do contingente, mas normalmente mal considerado, elemento da história internacional: o meio ambiente internacional. Tem-se há muito reconhecido essa política nacional, e, portanto o caráter das relações inter-Estados, tanto na Europa quanto além de suas fronteiras, tem sido fortemente influenciado por várias forças, notavelmente o avanço nas ideias econômicas e o papel da geografia, ciência e tecnologia. Essa perspectiva é representada no campo da história internacional que busca privilegiar, ou pelo menos considerar pormenorizadamente, o meio ambiente internacional acima do caráter inerentemente nacional da história diplomática (CLAVIN, 2005, p. 435).<sup>17</sup>

Mas, em síntese, é possível afirmar, como explica Micol Siegel (2005), que a história internacional estuda a interação entre os Estados-nações. A história mundial poderia, então, optar tanto pela abordagem ‘internacional’ quanto pela ‘transnacional’, dependendo do sujeito histórico que venha a eleger para a sua análise: “modelos internacionais têm guiado a história

---

*for historiographical reasons. World historians are keen to draw out transnational elements such as trading networks, international investment, immigration, slavery, disease and health care, rightly arguing that these developments are of interest in their own right as global historical developments. While they recognise that these trends are important components of national histories, the nation rarely appears as a category of analysis in world history. Rather the term ‘transnational networks’ in world history refers to ties and networks that appear to float free from the nation-state, the globe sewn together in a new patchwork design”.*

<sup>17</sup> *“International relations’ remains the expression which is most widely and properly understood. It is conventionally taken to mean relations between states that, at least until the nineteenth century, were seen primarily to have encountered one another through the actions of their diplomats or military forces. The history of European international relations was thereby typified by the struggle for power, whether as an end, or the necessary means to an end. This field is represented by diplomatic history. But this state-centric view of early work in international relations and diplomatic history was never entirely adopted by, among others, economic historians whose work contributed to our understanding of the contingent, but usually underplayed, element of international history: the international environment. It has long been recognised that national policies, and therefore the character of inter-state relations both within Europe and beyond its frontiers, have been strongly influenced by a variety of forces, notably, advances in economic ideas and the role of geography, science and technology. This perspective is represented in the field of international history which seeks to privilege, or at least consider at length, the international environment over the inherently national character of diplomatic history”.*

diplomática, a história militar e campos afins; o seu foco no Estado se prova menos interessante para historiadores(as) de sujeitos não pertencentes às elites, o que explica em parte a aceitação do método transnacional por historiadores(as) sociais e culturais” (SIEGEL, 2005, p. 63).<sup>18</sup>

Finalmente, a história transnacional se diferencia ainda da *história atlântica* na medida em que a última venha a se relacionar exclusivamente com instituições pré-modernas. No entanto, é impossível separar os movimentos diaspóricos e as relações de dominação e resistência colonial dos fluxos que caracterizam o mundo moderno,<sup>19</sup> e por isso também estou de acordo em afirmar que a história transnacional se vincula obrigatoriamente a esta historiografia que a precede, bem como às análises relativas à expansão global do capitalismo e à abordagem pós-colonial, ainda que se diferencie delas por permitir enfoques mais particulares e, por isso, potencialmente esclarecedores a respeito daqueles aspectos que as leituras demasiadamente abrangentes acabaram por obscurecer.<sup>20</sup>

Acredito que o mapeamento apresentado acima seja suficiente para a compreensão dos problemas mais abrangentes relacionados à definição do que pode ser chamado de história transnacional. Agora é possível explorar um pouco mais alguns de seus aspectos metodológicos.

---

<sup>18</sup> “*International models have guided diplomatic history, military history, and related fields; their state focus proves less compelling for historians of nonelite subjects, which in part explains the embrace of transnational method by social and cultural historians*”.

<sup>19</sup> Veja-se, por exemplo, o livro *O trato dos viventes*, de Luiz Felipe de Alencastro (ALENCASTRO, 2000), no qual as relações diretas estabelecidas entre América portuguesa e África lançam uma nova perspectiva para uma historiografia nacional preocupada com a formação da nação.

<sup>20</sup> Há quem, no entanto, veja com desconfiança o abandono da nação como unidade de análise historiográfica, como o demonstra Michael McGerr nas críticas que publicou em *The American Historical Review* a um artigo em que Ian Tyrrell defende a história transnacional como forma de superação da ideia de “excepcionalismo” estadunidense (MCGERR, 1991). Os argumentos de McGerr são em parte endossados por Ann Curthoys e Marilyn Lake (2005).

## Espaços e fluxos transnacionais

A abordagem transnacional objetiva, dentre outras coisas, oferecer uma opção narrativa que dê conta de movimentos e espaços não percebidos pelos instrumentos heurísticos da tradicional história nacional.

Esse aspecto da história transnacional talvez seja o ponto mais pacífico entre os seus praticantes. Desde o início da última onda transnacional, ou seja, a partir das proposições do grupo da *New York University* apresentadas no começo da década de 1990 e cujos representantes mais lembrados são David Thelen, Thomas Bender e o próprio Ian Tyrrell, a história transnacional é definida como relacionada ao “movimento de pessoas, ideias, tecnologias e instituições por entre fronteiras nacionais”<sup>21</sup> no que se refere ao período posterior às “revoluções democráticas”, coincidindo, portanto, com a criação dos próprios EUA como Estado independente (TYRRELL, 2007).<sup>22</sup> Sem fugirem a essa ideia, Ann Curthoys e Marilyn Lake apresentam uma definição um pouco mais detalhada acerca da perspectiva transnacional:

Então o que é história transnacional? Nós podemos defini-la de várias maneiras, mas, de modo mais simples, ela é o estudo dos meios pelos quais vidas e eventos passados foram moldados por processos e relações que transcenderam os limites dos Estados-nações. A história transnacional busca compreender ideias, coisas, pessoas e práticas que cruzaram fronteiras nacionais. Ela geralmente está numa relação complexa com a

---

<sup>21</sup> “[...] *movement of peoples, ideas, technologies and institutions across national boundaries*”.

<sup>22</sup> Mae M. Ngai apresenta uma definição muito semelhante, apenas acrescentando que esse trânsito pode ocorrer também em outros tipos de fronteiras pré-estabelecidas, e que a história transnacional deve envolver pesquisas empíricas em arquivos situados em diferentes países (NGAI, 2012). Segundo Isabel Hofmeyer, “a principal reivindicação de qualquer abordagem transnacional é sua preocupação central com movimentos, fluxos e circulação, não simplesmente como um tema ou motivo mas como um conjunto de pressupostos analíticos que definem eles próprios o empreendimento. Em outras palavras, uma preocupação com o transnacionalismo dirigiria a atenção de alguém para o ‘espaço de fluxos’, para tomar emprestado um termo de [Arjun] Appadurai, cujo trabalho a partir do fim da década de 1980 tem sido tão central para o aparecimento das abordagens transnacionais” (BAYLY et al., 2006, p. 1444) – “*The key claim of any transnational approach is its central concern with movements, flows, and circulation, not simply as a theme or motif but as an analytic set of methods which defines the endeavor itself. Put another way, a concern with transnationalism would direct one’s attention to the ‘space of the flows,’ to borrow a term from Appadurai, whose work from the late 1980s has been so central to the rise of transnational approaches*”. Simone Turchetti, Néstor Herran e Soraya Boudia também definem a história transnacional de maneira semelhante: “História transnacional é um termo vagamente definido que indica o esforço de produzir novos relatos históricos focando nos fluxos de pessoas, bens, ideias ou processos que se estendem além de fronteiras” (TURCHETTI et al. p. 320) – “*Transnational history is a loosely defined term indicating the effort to produce novel historical accounts by focusing on the flows of people, goods, ideas or processes that stretched over borders. It has emerged following cross-contamination between disciplines and has been appropriated in different ways by different communities*”.

história nacional; ela deve procurar interrogá-la, situá-la, suplantá-la, substituí-la ou evitá-la completamente. Em sua reação contra aquilo que veem como rígidas ou restritivas histórias nacionais, muitas e muitos dos entusiastas da história transnacional buscam por metáforas de fluidez, como em falas sobre circulação e fluxos (de pessoas, discursos e mercadorias), ao lado de metáforas sobre conexões e relações (CURTHOYS; LAKE, 2005, p. 17-18).<sup>23</sup>

Patrícia Clavin, por sua vez, propõe uma definição um pouco mais restritiva para a história transnacional no que se refere aos fluxos aos quais ela deve se voltar: “transnacionalismo, não obstante sua identificação inicial com a transferência ou movimento de dinheiro e mercadorias, diz respeito em primeiro lugar a pessoas: o espaço social que elas habitam, as redes que elas formam e as ideias que elas trocam” (CLAVIN, 2005, p. 422).<sup>24</sup> Os problemas se deslocam assim para quem ou o que cruza fronteiras, em que direção e para que tipo de limites são transpassados. Além disso, torna-se importante pensar nos contextos históricos e sociais que criam essas fronteiras, no significado de suas quebras e as transformações que esses trânsitos acarretam nas pessoas, grupos e instituições que os realizam (CLAVIN, 2005, p. 423).<sup>25</sup> Clavin ainda nota, por fim, que os contextos relacionais transnacionais produzem grupos que se diferenciam daqueles tradicionalmente abordados pelas ciências sociais e pela historiografia, a exemplo do conceito de “classes”: é possível identificar “comunidades epistêmicas”, “sociedades transnacionais etnicamente definidas”, “redes baseadas em conhecimentos técnicos partilhados” etc., com diferentes impactos nas políticas domésticas de Estados-nações (CLAVIN, 2005, p. 247-248). A historiadora ainda lembra que

---

<sup>23</sup> “So, what is transnational history? We can define it in a number of ways, but put simply, it is the study of the ways in which past lives and events have been shaped by processes and relationships that have transcended the borders of nation states. Transnational history seeks to understand ideas, things, people, and practices which have crossed national boundaries. It is generally in a complex relation with national history; it may seek to interrogate, situate, supersede, displace, or avoid it altogether. In their reaction against what they see as rigid and confining national histories, many of those enthusiastic about transnational history reach for metaphors of fluidity, as in talk of circulation and flows (of people, discourses, and commodities), alongside metaphors of connection and relationship”.

<sup>24</sup> “[...] transnationalism, despite its early identification with the transfer or movement of money and goods, is first and foremost about people: the social space that they inhabit, the networks they form and the ideas they exchange”.

<sup>25</sup> Clavin menciona o interessante exemplo de pessoas que exploram a existência de fronteiras de modo a obter vantagens econômicas, como mercadores e criminosos (CLAVIN, 2005, p. 423) – e poderíamos ainda acrescentar (por que não?) o próprio Estado.

os “laços transnacionais podem dissolver algumas barreiras nacionais enquanto simultaneamente criam e fortalecem outras” (CLAVIN, 2005, p. 431).<sup>26</sup>

Estes fluxos podem ser compreendidos de maneira ainda mais específica. Se considerarmos que a modernidade – entendida como uma configuração ideológica produtora de relações de poder que se expande por meio de processos de subjetivação e objetivação e orientada principalmente pelos conceitos de civilização e cultura<sup>27</sup> – se espalhou mundialmente por meio da construção de Estados nacionais em diversos contextos culturais particulares, os fluxos transnacionais seriam frutos principalmente dos movimentos de resistência que estariam situados, portanto, contra ou para além dos limites definidos por esses mesmos Estados. A história transnacional seria, portanto, um importante instrumento de resistência aos projetos modernizadores de elites nacionalistas por meio da produção de contra narrativas que dessem visibilidade a formas de sociabilidade alternativas, forjadas justamente pela experiência da resistência anticolonial, anti-imperialista ou mesmo antiglobalização. Essa postura é encontrada sobretudo em historiadoras e historiadores mais diretamente comprometidos com uma perspectiva pós-colonial, como Micol Seigel (2005), ou Sean Purdy (2012) e as diversas vertentes internacionalistas/marxistas que ele aponta.

A crítica metodológica aos estudos comparativos feitas por Seigel e, principalmente, pelas pessoas que advogam pela *histoire croisée* (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), deve-se justamente à percepção contemporânea de que os objetos dos estudos historiográficos não são estáveis no tempo e no espaço. Eles são, portanto, “descentrados”, e a reflexão transnacional da história cruzada busca encontrar formas de representação que deem conta de objetos que, além de não serem fixos no espaço e no tempo, inter-relacionam-se e transformam-se por meio desses contatos. Comparar, para Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, significaria fazer um recorte sincrônico e arbitrário de uma realidade que só pode ser compreendida em sua diacronia, ou seja, na compreensão de seus movimentos e transformações. Mesmo a “história das transferências”, perspectiva que se concentra nas transações culturais entre dois polos, imaginando um ponto de partida e outro de chegada para trocas situadas “geralmente no interior de sociedades e culturas nacionais postas em contato” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.

---

<sup>26</sup> “[...] *transnational ties can dissolve some national barriers while simultaneously strengthening or creating others*”.

<sup>27</sup> A este respeito, vide LOWANDE, 2018.



96), apresentaria uma feição demasiadamente linear, incapaz de desnaturalizar por completo o caráter das “culturas nacionais”.<sup>28</sup> A noção de “intersecção”, vinculada aos entrecruzamentos transformadores entre “entidades, pessoas, práticas ou objetos”, estaria mais apta a dar conta dos objetos transnacionais por excluir

de início o raciocínio a partir de entidades individuais, consideradas exclusivamente por elas mesmas, sem ponto de referência exterior. Ela rompe com uma perspectiva unidimensional, simplificadora e homogeneizadora, em benefício de uma abordagem multidimensional que reconheça a pluralidade e as configurações complexas que daí resultem. Desde logo, as entidades ou os objetos de pesquisa não são apenas considerados uns em relação com os outros, mas igualmente uns através dos outros, em termos de relações, de interações, de circulação. O princípio ativo e dinâmico do cruzamento aqui é primordial, em contraste com o quadro estático da comparação que tende a fixar os objetos (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96).<sup>29</sup>

### Jogos de escala

Num dossiê temático organizado por Patrícia Clavin para a revista *Contemporary European History*, a autora defende que a abordagem transnacional dos artigos ali reunidos “possibilita à história libertar-se das escalas de tempo nacionalmente determinadas que dominam a paisagem historiográfica” (CLAVIN, 2005, p. 429).<sup>30</sup> Numa outra introdução, agora de um livro também voltado para a perspectiva transnacional, Ann Curthoys e Marilyn Lake afirmam que

---

<sup>28</sup> Maria Ligia Coelho Prado explica que a “história das transferências” está em alguma medida presente na noção de “histórias conectadas” de Serge Gruzinski, cujo ponto de vista “*se aproxima del de Michel Espagne, que creó el concepto de tranferts culturels para conectar dos culturas diferentes. Para él, deben buscarse elementos de investigación que hagan aparecer puntos de contacto reales y no simplemente formales entre dos sociedades distintas*” (PRADO, 2012, p. 17), aspecto esse também destacado por Jürgen Osterhammel (OSTERHAMMEL, 2009, p. 48).

<sup>29</sup> Embora estejam de acordo com esses diagnósticos, Bernhard Struck, Kate Ferris e Jacques Revel, por sua vez, consideram a história transnacional uma *perspectiva*, e não um *método* de análise (STRUCK et al., 2011), e nisso são seguidos por Sean Purdy: “a existência ou não de conexões e ‘conversações’ transnacionais é uma questão empírica que depende no nível de análise e do assunto sob investigação e não consiste num método histórico em si” (PURDY, 2012, p. 66). De todo modo, permanece a preocupação com a produção de um novo tipo de narrativa que dê conta dessas novas realidades a serem apreendidas pela historiografia, aspecto que retomarei logo adiante.

<sup>30</sup> “[...] *enables history to break free from the nationally determined timescales that dominate the historiographical landscape*”.

tomar emprestado nunca é mera imitação, [...] uma vez que movimentos locais selecionam apenas aquelas ações externas que se encaixam em seus próprios padrões normativos e que foram tornadas significativas nos quadros discursivos e políticos locais. Este é um modo útil de enfatizar o poder do local assim como a importância do global” (CURTHOYS; LAKE, 2005, p. 25).<sup>31</sup>

Em ambos os casos se evidencia a subversão das escalas da historiografia nacional pela perspectiva transnacional: o primeiro trata da escala temporal, enquanto que o segundo trata da espacial. No entanto, são outros dois trabalhos que exploram de maneira mais detalhada isso que se pode chamar de “jogo de escalas” na historiografia transnacional.

Michael Werner e Bénédicte Zimmermann (2003) notam, em primeiro lugar, que o deslocamento das escalas espaciais na historiografia são provenientes de duas séries de fatores: em primeiro lugar, do “processo de alargamento e de multiplicação dos espaços de referência e de ação” relacionado às “mudanças ocorridas desde 1989” e, em segundo lugar, a “virada culturalista” ocorrida no “plano intelectual”, com sua ênfase na “especificidade, ou mesmo o caráter irreduzível do local” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 89). A “caixa de ferramentas” proposta pela história cruzada forneceria assim “a ocasião de sondar, por um viés particular, questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e da reflexividade” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 90). Mas é preciso entender que as intersecções estudadas pela perspectiva da história cruzada não se referem a “entidades individuais, consideradas exclusivamente por elas mesmas, sem ponto de referência exterior” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96): elas são multidimensionais. O entrecruzamento produz transformações mútuas, põe em contato e altera, em geral de maneira assimétrica, temporalidades distantes umas das outras e pode produzir desdobramentos nos objetos cruzados, “no seu entorno próximo ou distante e manifestar-se segundo temporalidades distintas” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96). Além disso, não se trataria apenas de um cruzamento entre os objetos de pesquisa: eles podem ocorrer também entre os diversos pontos de vista, historicamente constituídos, que se voltam para o objeto (entre, por exemplo, uma ‘história dos vencedores’ e outra ‘dos vencidos’); e entre o observador e o objeto observado (quando, por exemplo, o objeto de pesquisa provoca reflexões

---

<sup>31</sup> “*Borrowing is never mere imitation, [...] as local movements select only those actions from elsewhere that fit their own normative standards and which have been made meaningful in local discursive and political frameworks. This is a useful way of emphasising the power of the local as well as the importance of the global*”.

no(a) pesquisador(a), capazes de produzir “reajustamentos de problemáticas e perspectivas analíticas”).

A análise transnacional não é, *a priori*, nem micro- e nem macroscópica, mas, mais corretamente, “multiscópica”. As próprias escalas se cruzam, portanto, no interior da perspectiva transnacional:

Abordar as questões de escala ao mesmo tempo como dimensão intrínseca ao objeto e como opção cognitiva ou metodológica escolhida pelo pesquisador, implica uma ruptura com uma lógica de escalas pré-constituídas, mobilizadas automaticamente, como é comum para o nacional ou para as grandes datas da cronologia política que se impõem como quadros naturais de análise, definidos independentemente do objeto (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 101).

Em vez de buscar por pais fundadores ou heróis nacionais, a perspectiva multiscópica transnacional permite encontrar pessoas ocupando posições específicas em redes relacionais, com um maior ou menor grau de centralidade, ora visíveis, ora silenciadas, em conflito ou em consenso com outras pessoas não necessariamente anuladas por sua presença brilhante em alguns momentos, ofuscada em outros. É essa perspectiva que, a meu ver, permite conectar a vivência de pessoas comuns à produção da modernidade, a perceber a interdependência entre elas, os seus movimentos, as suas trocas, os fluxos e refluxos e as diferentes temporalidades da rede cada vez mais interconectada do mundo moderno. Assim

a abordagem em termos de cruzamento favorece a ultrapassagem dos arrazoados que opõem micro e macro, insistindo pelo contrário em sua inextricável imbricação. A noção de escala, neste caso, não remete ao micro ou ao macro, mas aos diferentes espaços em que se inscrevem as interações constitutivas do processo analisado. Em outros termos, as escalas que nos interessam são aquelas construídas ou mobilizadas nas situações estudadas, e são tanto espaciais quanto temporais, e suas variações não são o apanágio exclusivo do pesquisador mas também o produto dos protagonistas das situações estudadas (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 103).

No que diz respeito ao jogo de escalas especificamente temporais, é preciso lembrar que não se trata também apenas de se definir a ‘duração correta’ da narrativa a ser apresentada. Tampouco se trata de desvendar uma sequência cronológica indicadora de algum tipo de desenvolvimento ou uma estrutura subjacente que explicaria os comportamentos humanos num dado contexto. Werner e Zimmermann (2003) nos lembram assim de que o ponto de vista da história cruzada se aproximaria aqui do que Reinhart Koselleck chama de ‘não-contemporaneidade do simultâneo’ ou de ‘simultaneidade do não-contemporâneo’

(KOSELLECK, 2006), o que significa dizer que a história de cruzamentos, de inter-relacionamentos, é também uma história do encontro de temporalidades distintas, de sentidos que se entrecruzam e se transformam. É também uma história que se produz no encontro/confronto entre os diversos *topos* mobilizados por aqueles que se debruçam sobre os mesmos problemas. É, por fim, um cruzamento entre a temporalidade do(a) pesquisador(a) e daquilo que (ou de quem) é interrogado. A abertura a todos esses entrecruzamentos, presentes em todas as formas de relacionamento humano e, mais especificamente, de produção de conhecimento na área das ciências humanas, é capaz de enriquecer a nossa própria experiência do tempo no presente, libertando-nos da temporalidade imposta pelos marcos da história nacional e, de maneira mais ampla, da narrativa globalizante da modernização. Produz-se assim uma relativização de perspectivas que, ao contrário de afastar as pessoas entre si por causa de um relativismo vazio, na verdade abre novas possibilidades de diálogo e de mútua compreensão/tradução. Nesse sentido, a história cruzada, assim como a *Connected* ou *Shared history*, teria, segundo Werner e Zimmermann,

a ideia de ‘reconectar’ histórias separadas, especialmente a partir do estancamento produzido pela expansão das historiografias nacionais. Mas, enquanto estas propostas se colocam prioritariamente numa perspectiva de ‘restabelecimento/reabilitação’ de uma realidade perdida, a história cruzada convida o pesquisador a levar em conta sua própria implicação no processo estudado. A atenção dada à pluralidade dos pontos de vista possíveis, aos distanciamentos produzidos pelos idiomas, terminologias, categorizações e conceptualizações, tradições e usos disciplinares, acrescenta uma dimensão suplementar à pesquisa. Diferentemente de uma simples restituição de um ‘já lá’, a história cruzada insiste naquilo que, num empreendimento autorreflexivo, pode ser gerador de sentido (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 115).

Werner e Zimmermann apresentam o problema das escalas no interior de uma discussão que pretende firmar a *histoire croisée* como um conjunto de métodos historiográficos apropriados aos problemas suscitados pela perspectiva transnacional. Mas o termo ‘jogo de escala’ (*jeux d’échelle*) foi talvez trazido pela primeira vez para o campo da história transnacional por Bernhard Struck, Kate Ferris e Jacques Revel num artigo relativamente recente (2011). Como já sinalizei em outros lugares, a afirmação de que a história transnacional é uma perspectiva de estudo, não um método específico, foi apresentada justamente nesse artigo, marcando uma clara posição, portanto, entre os(as) historiadores(as) que pretendem regular metodicamente os procedimentos da história transnacional (desvinculando-a, por exemplo, da história comparada), e os que permanecem mais cautelosos com relação a esse tipo

de prescrição. Há um distanciamento inclusive das discussões sobre se se deveria adotar a perspectiva indutiva ou dedutiva na história transnacional, como o fazem Werner e Zimmermann com a sua proposta de uma “indução pragmática”. O que Struck *et alii* tentam mostrar é que, se por um lado a própria reflexão intelectual trazida pelos processos de descolonização e de globalização evidenciaram que as metanarrativas da modernização, centradas na escala dos Estados nacionais, perderam sua credibilidade, por outro lado não se faz necessário o abandono *in totum* da escala nacional, que passa a ser vista como *uma* escala possível “dentre outras”:

Parte do mundo transnacional é *nacional* e a maior parte dos(as) intelectuais que argumentam em favor da perspectiva transnacional não diminuem a importância da nação. Pelo contrário, a maioria deles(as) reconhece explicitamente o importante impacto que as nações e os Estados-nações têm tido na vida das pessoas e das sociedades durante o período moderno ou moderno tardio. Eles(as) também aceitam que muito provavelmente [as nações e os Estados-nações] continuarão a fazer isso. O que a história transnacional busca fazer é acrescentar novas perspectivas aos níveis nacional e espacial que têm impactado a construção das nações, Estados-nações e vidas individuais no passado. [...] [A história transnacional] admite a importância do Estado-nação para a maioria das partes da história moderna, mas ela não trata a nação como um recipiente hermeticamente selado e sim procura analisar as várias forças e processos que têm moldado e transformado as sociedades nacionais no passado e irão, muito provavelmente, fazer o mesmo no futuro (STRUCK et al., 2011, p. 576).<sup>32</sup>

Isso significa que a única forma de evidenciar o real significado das construções nacionais no modo pelo qual as relações de poder perpassam as redes que conectam pessoas e coisas das mais variadas formas é ampliando e diminuindo o foco do relato historiográfico. Assim, Struck *et alii* afirmam que

a escolha de alterar o foco para um nível local ou individual de pequena escala tem indiscutivelmente uma (pelo menos) tripla vantagem. Primeiro, ela permite trazer as atrizes e/ou os atores e a agência de volta para a análise, algo que normalmente se

---

<sup>32</sup> “One of these spatial levels is, of course, the nation. Part of the word transnational is national and most scholars who argue for transnational perspectives do not deemphasize the nation. On the contrary, most of them explicitly acknowledge the important impact nations and nation states have had on peoples’ lives and societies during the modern or late modern period. They also accept that they will most likely continue to do so. What transnational history seeks to do is to add further perspectives on the national and spatial levels that have impacted on the shaping of nations, nation states and individual lives in the past. As a perspective transnational history assumes that the nation and nation states are one – and definitely a crucial one – but only one spatial dimension among others ranging from global history and international dynamics to (supra- or subnational) regional to local and individual levels. It concedes the importance of the nation state for most parts of modern history but it does not treat the nation as a hermetically sealed container but seeks to analyse the various forces and processes that have shaped and changed national societies in the past and will, most likely, do so in the future”.

perde nas análises macrosociais de culturas e sociedades. [...] Segundo, tal abordagem possibilita a análise da multiplicidade espacial da vida e experiência de atrizes ou atores individuais variando da microescala local para macroníveis incluindo as escalas global ou nacional. [...] Finalmente, uma terceira vantagem é, obviamente, que o fato de aumentar e diminuir o foco das questões de larga escala para a microanálise, estudos de caso de indivíduos ou pequenos grupos e *vice versa* permite que o(a) historiador(a) cumpra o seu ofício e a ética da disciplina trabalhando mais próximo das fontes primárias. (STRUCK et al., 2011, p. 577)<sup>33</sup>

A história transnacional almeja, portanto, superar os estudos “monoscópicos” de modo a complexificar a historiografia voltada para a questão nacional. Torna-se, desse modo, possível ir além da história macroestrutural que predominou nas décadas de 1960-70, enriquecer a micro-história das décadas de 1980-90 e repensar a novamente macro-história dos processos de globalização mais recente. A perspectiva transnacional possibilita justamente que os consensos e conflitos produzidos num conjunto finito de relações possam ser conectados concretamente ao problema mais amplo da construção de modernidades e da institucionalização desse ideal social no Estado.

### **Considerações finais: história transnacional como superação da metanarrativa da modernização**

Resta ainda indagar, no interior desta discussão sobre as possibilidades historiográficas da perspectiva transnacional, se ela é capaz de oferecer uma alternativa à metanarrativa da modernização, que talvez seja a característica mais marcante da historiografia moderna e, em especial, das histórias nacionais.

Num mundo globalmente interconectado, é natural que as pessoas procurem por grandes narrativas que deem conta de assegurar suas respectivas identidades quando as comunidades nacionalmente imaginadas já não fazem mais o mesmo sentido, ainda que, segundo Matthew

---

<sup>33</sup> “The choice of zooming into a small-scale local or individual level has arguably a (at least) three-fold advantage. First, it does allow for bringing actors and agency back into the analysis, something that is usually missing in macro-social analysis of cultures or societies. [...] Second, such an approach enables the analysis of the spatial multiplicity of individual actors’ lives and experiences ranging from local micro-scale to macro-levels including national or global scales [...] Finally, a third advantage is, of course, that zooming in and out from grand and large-scale questions to micro analysis, case studies of individuals or small groups and *vice versa* enables the historian to fulfil his craft and the ethic of the discipline by working close to primary sources”.

Connelly, essas mesmas pessoas não esperem até que os(as) historiadores(as) lhes forneçam isso (BAYLY et al., 2006, p. 1457). No entanto, ainda que, como mencionei acima, a história transnacional não tenha as mesmas pretensões da história mundial ou da história global, ela pode contribuir para a construção de uma narrativa mundialmente significativa que não seja etnocêntrica:

Uma narrativa transnacional não pode ser organizada em torno de um centro, ou conferir toda a agência a um único conjunto de protagonistas, o que a faz inerentemente mais desafiadora. Mas a técnica narrativa é tanto mais essencial para as pessoas que querem dar sentido para este mundo, uma vez que escrever uma narrativa nos força a explicar a mudança e identificar quem a está conduzindo. De todos(as) os(as) acadêmicos(as), aqueles(as) de nós que estão trabalhando para iluminar conexões através do mundo e traçá-las de volta no tempo devem ser os(as) últimos(as) a desistirem da ideia de que a humanidade possui uma história comum. Se há uma tal coisa como uma história transnacional que molda as vidas de pessoas que podem de outro modo parecer viverem em planetas diferentes, nós não deveríamos aspirar a ajudá-las a compreender como elas são parte da mesma estória? (BAYLY et al., 2006, p. 1458).<sup>34</sup>

Sintetizando a ideia apresentada por Connelly, Wendy Kozol afirma que “movendo-se além de uma compreensão da modernidade como sendo um processo ocidental de progresso e esclarecimento, as narrativas transnacionais revelam uma modernidade que é um processo multifacetado por meio do qual trocas políticas, econômicas e culturais ocorrem de formas variadas e amiúde imprevisíveis” (BAYLY et al., 2006, p. 1459).<sup>35</sup> Struck, Ferris e Revel, em seus questionamentos a respeito dos jogos de escala na história transnacional, parecem concordar tanto com o diagnóstico que coloquei em causa quanto com a relevância da história transnacional para o seu possível solucionamento:

Conduzida por processos de globalização, parece haver uma recorrente demanda por uma ordem narrativa, que possa se encaixar com as novas perspectivas. O que nós sabemos por certo é que antigas grandes narrativas e questões de larga escala num nível mundial e global não funcionam mais num momento – e isso é um paradoxo –

---

<sup>34</sup> “A transnational narrative cannot be organized around one center, or give all agency to one set of protagonists, which makes it inherently more challenging. But the narrative technique is all the more essential for people who want to make sense of this world, since writing a narrative forces us to explain change and identify who is driving it. Of all scholars, those of us who are working to illuminate connections across the world and trace them back through time should be the last to give up on the idea that humanity has a common history. If there is such a thing as transnational history which shapes the lives of people who might otherwise seem to live on different planets, should we not aspire to help them understand how they are all part of the same story?”

<sup>35</sup> “Moving beyond an understanding of modernity as a Western process of progress and enlightenment, transnational narratives reveal modernity to be a multifaceted process whereby political, economic, and cultural exchanges occur in varied and often unpredictable ways”.

de crescente suspeita em relação aos velhos e frequentemente normativos modelos explicativos tais como modernização e teoria dos estágios [de desenvolvimento]. Parte do macromodelo normativo da teoria da modernização foi a bem-sucedida construção de Estados e Estados-nações com suas respectivas burocracias e instituições como uma parte integral da história ocidental de uma modernização vitoriosa. A história transnacional é não-dogmática a esse respeito e junto com a história global compartilha uma suspeita em relação a tais macroexplicações monocausais e unilineares. A este respeito a história transnacional é um reflexo e um sintoma de uma mudança muito mais ampla nas ciências humanas e sociais. (STRUCK et al., 2011, p. 575)<sup>36</sup>

A perspectiva da história transnacional, como já aponte, parece ser a mais adequada a fim de conectar esse amplo processo de modernização a redes relacionais bem mais específicas. Ao mesmo tempo, essa perspectiva permite tratar de relações de poder que fluem para além das fronteiras da nação e que ocorrem na escala das relações institucionais e interpessoais voltadas para a produção de modernidades como as que se desdobraram em algumas regiões brasileiras. Este tipo de narrativa poderá, a partir daí, (1) lançar luz em formas específicas de produção e reprodução do mundo moderno que não são uma simples consequência da ‘civilização Ocidental’ nascida em países como França e Inglaterra; (2) entender melhor o processo de produção de sujeitos e objetos da modernização partir de redes transnacionais, e cuja circulação e produção não podem ser considerados simplesmente unidirecionais; (3) refletir acerca dessas metanarrativas unilaterais, etnocêntricas e centradas nos Estados nacionais que, ainda hoje, circulam entre nós.

---

<sup>36</sup> “Driven by processes of globalisation there seems to be a recurrent demand for a narrative order, which might fit with the new perspectives. What we know for sure is that earlier grand narratives and large-scale questions at world and global level do no longer work at a moment of – and this is a paradox – growing suspicion of older, often normative explanatory models such as modernisation or stage theory. Part of the normative macro-model of modernisation theory was the successful building of states and nation states with their bureaucracy and institutions as an integral part of the Western story of successful modernisation. Transnational history is undogmatic in this respect and together with global history it shares a suspicion of such monocausal and unilinear macro-explanations. In this respect transnational history is a reflex and symptom of a much wider shift in the social sciences and humanities”.



**Referências bibliográficas**

- ALENCASTRO, L. F. D. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARMITAGE, D. A virada internacional na História Intelectual. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2015.
- BAYLY, C. A. E. A. AHR Conversation: On Transnational History. **American Historical Review**, v. 111, n. 5, p. 1440-1464, Dezembro 2006.
- CANDIDO, A. O significado de raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAPES. **Documento de área e Comissão da Trienal 2013**. [S.l.]. 2013.
- CLAVIN, P. Defining Transnationalism. **Contemporary European History**, v. 14, n. 4, p. 421-439, Novembro 2005.
- CURTHOYS, A.; LAKE, M. **Connected Worlds. History in Transnational Perspective**. Canberra: ANU E Press, 2005.
- DETIENNE, M. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- DOLHNIKOFF, M. O lugar das elites regionais. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 116-133, Junho/Agosto 2003.
- FICO, C.; POLITO, R. **A história no Brasil, 1980-1989: elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto, MG: UFOP, 1994.
- GUIMARÃES, M. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, p. 5-27, 1988.
- IRIYE, A. The transnational turn. **Diplomatic history**, v. 31, n. 3, p. 373-376, Junho 2007.
- KNUDSEN, A.-C. L.; GRAM-SKJOLDAGER, K. Historiography and narration in transnational history. **Journal of Global History**, v. 9, n. 1, p. 143-161, 2014.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOWANDE, W. F. F. **Uma história transnacional da modernidade:** produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2018.

MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema:** a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

MCGERR, M. The Price of the "New Transnational History". **The American Historical Review**, v. 96, n. 4, p. 1056-1067, Outubro 1991.

NGAI, M. M. Promises and Perils of Transnational History. **Perspectives on history. The Newsmagazine of American Historical Association**, v. 50, n. 9, Dezembro 2012.

OSTERHAMMEL, J. A "transnational" history of society: continuity or new departure? In: HAUPT, H.-G.; KOCKA, J. (Org.). **Comparative and transnational history:** Central European approaches and new perspectives. New York; Oxford: Berghahn Books, 2009.

PRADO, M. L. C. América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional. **Anuario N° 24, Revista Digital**, Facultad de Humanidades y Artes (UNR), n. 3, 2012.

PURDY, S. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012.

SAUNIER, P.-Y. Transnational. In: IRIYE, A.; SAUNIER, P.-Y. (Orgs.). **The Palgrave Dictionary of Transnational History:** from the mid-19th century to the present day. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIGEL, M. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. **Radical History Review**, v. 91, p. 62-90, Inverno 2005.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil, vol. 3:** da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, L. S. D. D. Teoria da história e história da historiografia na Alemanha hoje: comunicação intercultural e história global. In: ARAÚJO, V. L. (et al.) (Orgs.). **A dinâmica do historicismo:** revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

STRUCK, B.; FERRIS, K.; REVEL, J. Introduction: Space and Scale in Transnational History. **The International History Review**, v. 33, n. 4, p. 573-584, Dezembro 2011.

TURCHETTI, S.; HERRAN, N.; BOUDIA, S. Introduction: Have we ever been 'transnational'? Towards a history of science across and beyond borders. **The British Journal for the History of Science**, v. 45, n. 3, Setembro 2012.

TYRRELL, I. What is transnational history? **Ian Tyrrell**, 2007. Disponível em: <<https://iantyrrell.wordpress.com/what-is-transnational-history/>>. Acesso em: 27 Julho 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "O modernismo e a questão nacional". In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente. vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

WEINSTEIN, B. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista eletrônica da ANPHILAC**, n. 14, p. 9-36, Janeiro/Junho 2013.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de história**, v. 11, n. 1/2, 2003.